



Desafios da Avaliação de Aprendizagem na Educação à Distância em Plataformas Online: Impactos no Desenvolvimento de Competências e na Credibilidade Institucional em Moçambique

Challenges of Learning Assessment in Distance Learning on Online Platforms: Impacts on Skills Development and Institutional Credibility in Mozambique

Telma Luís Nhantumbo¹

RESUMO

O presente estudo analisa os desafios da avaliação de aprendizagem na Educação à Distância (EaD), com ênfase no uso das plataformas digitais no contexto moçambicano. A pesquisa examina as experiências de responsáveis pedagógicos, professores e estudantes, destacando obstáculos relacionados ao uso de tecnologias digitais nas práticas avaliativas e seus impactos no desenvolvimento de competências e na credibilidade institucional. Adoptou-se uma abordagem qualitativa, com base na análise de conteúdo de entrevistas realizadas com 24 participantes envolvidos na EaD. O referencial teórico fundamenta-se em contributos de autores como Dias (2003), Fernandes (2002, 2005), Libâneo (1990), Nhantumbo (2020), Ribeiro e Carvalho (2012), entre outros. Feita a análise, os resultados revelam que a prática de delegação de actividades avaliativas por parte dos estudantes decorre de factores individuais (insegurança académica e má gestão do tempo), institucionais (falhas na supervisão e nas tecnologias de controlo) e socioculturais (pressões sociais e desvalorização da aprendizagem), comprometendo o desenvolvimento de competências, valores éticos e a reputação das instituições. Como contributo, propõe-se uma abordagem integrada baseada na capacitação docente, no uso de tecnologias seguras e na promoção da ética académica, visando consolidar a EaD como modalidade legítima, eficaz e socialmente relevante.

Palavras-chave: Avaliação da Aprendizagem, Educação a Distância, Credibilidade Institucional, Desenvolvimento de Competências, Ética Académica.

ABSTRACT

This study analyzes the challenges of learning assessment in Distance Education (EaD), focusing on digital platforms in the Mozambican context. The research examined the experiences of educational coordinators, teachers, and students, highlighting obstacles related to the use of digital technologies in assessment practices and their impact on competency development and institutional credibility. A qualitative approach was adopted based on the content analysis of the interviews with 24 EaD participants. The theoretical framework draws on authors such as Dias (2003), Fernandes (2002, 2005), Libâneo (1990), Nhantumbo (2020), Ribeiro and Carvalho (2012), among others. The results revealed that student delegation of assessments stems from individual factors (academic insecurity and poor time management), institutional issues (supervision and control of technology failures), and sociocultural factors (social pressures and devaluation of learning), compromising competency development, ethical values, and institutional reputation. This study proposes an integrated approach based on teacher training, secure technologies, and promotion of academic ethics to establish EaD as a legitimate, effective, and socially relevant modality.

Keywords: Learning Assessment, Distance Education, Institutional Credibility, Competency Development, Academic Ethics.

¹ Doutora em Educação/Currículo pela Universidade Pedagógica de Maputo, Especialista de Educação no CPEDG, ntelmaluís@gmail.com. Moçambique. ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-9465-5865>.



INTRODUÇÃO

A Educação a Distância (EaD) tem-se destacado como uma modalidade de ensino em constante expansão, transformando o panorama global da aprendizagem. Este avanço deve-se, em grande parte, à integração das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), que têm possibilitado a criação e o desenvolvimento de plataformas digitais capazes de ampliar o acesso ao ensino, modernizar as práticas pedagógicas e flexibilizar a gestão do processo educativo.

No contexto das instituições, estas plataformas digitais assumem papel estratégico ao facilitar a interação entre professores e estudantes, registrar evidências pedagógicas e disseminar conteúdos diversificados de forma ágil e acessível. Tornam-se assim, ferramentas indispensáveis para o cenário educacional contemporâneo. Contudo, é importante observar que, tais ferramentas, embora eficazes, também podem ser utilizadas como estratégia, conforme alertam Arruda e Arruda (2015), para “mascarar deficiências de políticas públicas de expansão do ensino”, revelando desafios estruturais que acompanham o crescimento da EaD.

Apesar das limitações, as potencialidades da EaD são incontestáveis. Nunes et al. (2009), destacam as notáveis vantagens da EaD sob ponto de vista da eficiência e da qualidade, mesmo quando há um grande volume de alunos ou se observa, em prazos curtos, o crescimento vertiginoso da demanda por matrículas, o calcanhar-de-aquiles do ensino presencial. No entanto, tais benefícios, somente poderão ser alcançados com implementação de estratégias pedagógicas e institucionais, capazes de garantir a sua efetivação e o impacto positivo no processo formativo.

As plataformas digitais, enquanto recursos tecnológicos, disponibilizam ferramentas como bibliotecas virtuais, fóruns interativos e sistemas de avaliação online, que enriquecem a experiência de aprendizagem. Estes recursos tornaram-se pilares fundamentais na consolidação de uma educação mais inclusiva, dinâmica e alinhada às exigências contemporâneas, na qual a aprendizagem autónoma mediada pela tecnologia tornou-se uma competência indispensável para o sucesso académico e profissional. Tem-se observado sua crescente adoção em instituições presenciais e a distância, sobretudo após-pandemia da Covid-19, com a intensificação da demanda por soluções educacionais mais flexíveis e digitalmente integradas.

De facto, a pandemia de Covid-19 acelerou a adoção das plataformas digitais no ensino, consolidando-as como soluções indispensáveis para garantir a continuidade do processo



educativo. Entretanto, esta transição repentina revelou múltiplas limitações. Entre os principais desafios enfrentados, destacam-se as fragilidades das infra-estruturas tecnológicas e a fraca programação de capacitações. Tais limitações tornam-se ainda mais evidentes em contextos como o de Moçambique, onde o acesso à internet continua restrito em diversas regiões, agravando as desigualdades educacionais pré-existentes e comprometendo o pleno aproveitamento das potencialidades oferecidas pela EaD.

Em Moçambique, o uso das plataformas digitais nas instituições de ensino, sobretudo no ensino superior, foi intensificado durante a pandemia de Covid-19. Como observa Nhantumbo (2020, p. 559), “as Instituições de Ensino Superior passaram a usar plataformas digitais para viabilizar o processo de ensino-aprendizagem. [Estas,]² seriam plataformas com registo de evidências sobre o cumprimento dos horários, registo do material didáctico e dos exercícios, testes, avaliações, entre outras evidências auditáveis”. Esta afirmação evidencia o papel que as tecnologias passaram a desempenhar na organização, sistematização e monitorização das práticas pedagógicas, trazendo benefícios incontestáveis para a gestão do PEA.

Todavia, apesar destes avanços, persistem fragilidades relacionadas à honestidade e à autenticidade das avaliações na EaD. Entre os desafios mais recorrentes, destaca-se a crescente incidência de fraudes académicas, configurando-se como um dos problemas mais críticos que assombra o processo avaliativo, manifestando-se sob diversas formas. Embora não seja um fenómeno exclusivo da Educação a Distância, sua ocorrência tende a assumir maiores proporções no ambiente virtual, favorecido pelo uso inadequado das tecnologias digitais. Tal cenário compromete a credibilidade das instituições de ensino e a qualidade do percurso formativo, exigindo uma análise crítica e aprofundada do fenómeno.

No ensino superior, são aplicadas diversas modalidades avaliativas como relatórios, ensaios, resenhas, portfólios, projectos, questionários, testes, fóruns e exames, entre outros. Neste contexto, um dos eixos principais desta reflexão, concentra-se na análise da autenticidade dos trabalhos submetidos em plataformas digitais, marcados muitas vezes por incertezas quanto à autoria. Questiona-se se as actividades avaliativas são efectivamente elaboradas e realizadas pelos próprios estudantes, ou resultam da delegação a terceiros. Trata-se de uma problemática

² Meu acréscimo



que compromete a validade das avaliações, e enfraquece o processo formativo, dificultando o desenvolvimento efectivo das competências previstas nos planos curriculares.

A ausência de mecanismos eficazes para combater esta prática, pode gerar impactos profundos, incluindo interpretações distorcidas sobre o desempenho dos estudantes e a subsequente desvalorização da modalidade. Diante desta realidade, é fundamental aprofundar a análise sobre a temática e delinear estratégias eficazes que reduzam riscos associados, garantindo não apenas a credibilidade institucional, mas também a qualidade pedagógica da modalidade. Abbad (2014), observa que há uma dificuldade em se demonstrar a eficácia da EaD em comparação ao ensino presencial, bem como outros desafios a serem superados pela EaD. Este facto, reforça a urgência de acções concretas e sistemáticas para fortalecer a confiança pública e consolidar os resultados formativos da modalidade.

Neste contexto, a avaliação, mais do que um simples mecanismo de verificação de desempenho, deve ser compreendida como elemento fundamental na orientação pedagógica, reestruturação do ensino e na construção de conhecimento. Conforme enfatiza Libâneo (1990) ao dizer que os resultados que vão sendo obtidos no decorrer do trabalho conjunto do professor e dos alunos são comparados com os objectivos propostos, a fim de constatar progressos, dificuldades e reorientar o trabalho para as correcções necessárias. Dessa forma, um processo avaliativo eficaz torna-se indispensável para fornecer feedback às instituições.

Diante dos desafios anteriormente expostos, este estudo tem como objectivo geral analisar os desafios da avaliação da aprendizagem em plataformas digitais no contexto moçambicano, com ênfase nos impactos desta prática sobre o desenvolvimento de competências dos estudantes e sobre a credibilidade das instituições de ensino. Para o alcance deste propósito, foram definidos os seguintes objectivos específicos: (i) identificar os principais factores que motivam os estudantes a delegar a realização de actividades avaliativas; (ii) avaliar os impactos pedagógicos decorrentes desta prática no PEA; e (iii) Identificar as estratégias adoptadas pelas instituições para garantir a autenticidade dos processos de avaliação.

Considerando os objectivos previamente definidos, as interacções com os participantes da pesquisa foram orientadas no sentido de compreender as percepções e dinâmicas relacionadas à avaliação na EaD. Sendo assim, o estudo orientou-se pelas seguintes questões: (i) Quais são os



principais factores que levam os estudantes a delegar a realização de actividades avaliativas a terceiros? (II) Quais são os efeitos desta prática no PEA? (iii) Que estratégias têm sido implementadas pelas instituições para garantir a autenticidade dos processos avaliativos.

Em termos metodológicos, trata-se de estudo de natureza qualitativa, com foco na compreensão das percepções e significados atribuídos pelos sujeitos às suas experiências. Esta abordagem mostrou-se adequada à análise dos desafios inerentes à avaliação da aprendizagem em cursos a distância, conforme defendido por Minayo (2009). Os dados foram recolhidos por meio de entrevistas aplicadas a 24 participantes provenientes de instituições públicas e privadas de ensino superior, entre os quais se incluem 03 responsáveis pedagógicos, 09 professores e 12 estudantes, definidos com base em critérios de relevância e envolvimento directo com a EaD. Para fins de sistematização e preservação do anonimato, os participantes foram codificados da seguinte forma: RP (Responsáveis Pedagógicos), P (Professores) e E (Estudantes).

As entrevistas exploraram aspectos relativos à delegação tarefas avaliativas pelos estudantes a terceiros e às estratégias institucionais de controle e redução do problema. Foi realizada uma revisão bibliográfica com o objectivo de fundamentar teoricamente a análise. O tratamento dos dados seguiu a técnica de análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2011), estruturada em três eixos temáticos: (i) desafios da avaliação na EaD; (ii) impactos da prática no PEA; e (iii) estratégias para garantir a autenticidade dos processos avaliativos.

Processo Avaliativo na Educação à Distância

A avaliação, enquanto elemento central do processo educativo, tem sido objecto de intensos debates e reflexões no campo da educação, procurando compreender sua evolução histórica e seus impactos nos sistemas de ensino contemporâneos. Fernandes (2002), identifica uma evolução epistemológica da avaliação, estruturada em quatro gerações: 1ª geração: ligada ao saber tradicional; 2ª geração: associada ao saber psicopedagógico; 3ª geração: baseada em saberes tecnicistas e tecnológicos; e, por fim, a 4ª geração: fundamentada no saber crítico e interactivo. Segundo a autora, estas “concepções se misturam muitas vezes de forma inconsciente e inconsequente. É necessário que se opte por uma concepção básica que servirá de norte para a nossa acção, permitindo uma unidade e coerência da nossa prática educativa e



avaliativa” (p.35). Esta evolução conceptual evidencia que o processo avaliativo acompanha as transformações sociais e responde às exigências dos sistemas educacionais contemporâneos.

Nesta perspectiva, Dias (2003, p. 37), ao citar Stufflebeam (s/d), define a avaliação em educação como “o processo pelo qual se delimitam, se obtém e se fornecem informações úteis que permitem julgar decisões possíveis”. A autora destaca que a avaliação é parte essencial do Processo de Ensino-Aprendizagem, ampliando sua concepção para além da simples verificação de desempenho, ao reconhecê-la como instrumento de orientação metodológica e de melhoria contínua do PEA. Neste sentido, Garcia (1984, p. 15) afirma que a avaliação “só tem sentido se tiver como ponto de partida e ponto de chegada o processo pedagógico para que, identificadas as causas do sucesso ou do fracasso, sejam estabelecidas estratégias de enfrentamento da situação”. Deste modo, a avaliação não apenas monitora o progresso acadêmico, como também se constitui numa estratégia para a construção do conhecimento e o desenvolvimento de competências.

O processo avaliativo deve ser compreendido como uma prática sistemática, articulada ao trabalho pedagógico e orientada à identificação e superação das dificuldades de aprendizagem. Para além do diagnóstico de lacunas, a avaliação promove nos estudantes uma atitude de autoformação contínua. Nesta perspectiva, configura-se como um instrumento principal para fortalecer práticas pedagógicas centradas no estudante, concebendo a aprendizagem como um processo dinâmico, participativo e em permanente construção. Como corrobora Libâneo (1990, p. 203) ao dizer que a avaliação é um “processo contínuo que deve ocorrer nos mais diferentes momentos do trabalho. A verificação e a qualificação dos resultados da aprendizagem no início, durante e no final das unidades didáticas visam sempre diagnosticar e superar dificuldades, corrigir falhas e estimular os alunos para que continuem dedicar-se aos estudos”. Em sua dimensão formativa, a avaliação monitora, orienta, motiva e qualifica o processo educativo.

No contexto da EaD, o processo avaliativo apresenta desafios específicos que ultrapassam as abordagens pedagógicas tradicionais, abrangendo dimensões éticas, tecnológicas e comunicacionais. Trata-se de um processo complexo e subjectivo, que não se restringe à verificação de conteúdos assimilados, mas exige a apreciação de competências desenvolvidas ao longo da formação, exigindo abordagens mais sensíveis, formativas e ajustadas à realidade do ensino virtual. Tais abordagens devem considerar as especificidades do ambiente digital, bem



como as condições reais de acesso, permanência e aprendizagem dos estudantes. As experiências dos participantes são relevantes para aferir a eficácia das práticas avaliativas, pois evidenciam a funcionalidade dos instrumentos, a clareza dos critérios e a confiabilidade do processo como um todo. Assim, reforça-se a compreensão de que a avaliação constitui um pilar central para o desenvolvimento integral dos estudantes.

Plataformas digitais como o Moodle e o Google Forms têm sido amplamente utilizadas como suporte ao PEA na EaD, oferecendo cada uma, funcionalidades específicas como monitoramento de actividades, registo de evidências de participação dos estudantes e aplicação de avaliações com diferentes níveis de complexidade. Estes recursos tecnológicos possibilitam diversificar as estratégias didáticas e viabilizar modelos alternativos de avaliação em ambientes virtuais. No entanto, a limitação do acesso à internet em regiões do País, compromete a eficácia destas ferramentas, dificultando a implementação de práticas avaliativas abrangentes, inclusivas e equitativas. Diante desta realidade, torna-se necessário repensar-se no seu uso, considerando as condições reais de conectividade e de infra-estruturas existentes.

Melhorar a qualidade da EaD no país, requer investimentos estruturais e acções estratégicas que transcendam a simples disponibilização de recursos tecnológicos. É fundamental fortalecer infra-estruturas tecnológicas, promover a formação contínua dos professores nas dimensões pedagógica e tecnológica e desenvolver metodologias avaliativas alinhadas às realidades socioculturais dos estudantes. A capacitação técnica e didáctica é indispensável para garantir o uso eficaz e contextualizado das plataformas digitais, assegurando práticas avaliativas éticas, transparentes e efectivas orientadas ao desenvolvimento de competências dos estudantes.

Na secção seguinte, serão apresentadas as percepções e práticas relatadas pelos participantes da pesquisa acerca dos desafios enfrentados no processo avaliativo da EaD. As contribuições dos estudantes, professores e responsáveis pedagógicos permitem uma compreensão aprofundada da realidade de algumas instituições moçambicanas, oferecendo subsídios valiosos para a reflexão crítica e o melhoramento das práticas avaliativas em curso.



Avaliação no contexto do EaD: que percepções?

A Educação à Distância (EaD) é reconhecida como uma modalidade viável com a capacidade de expandir o acesso à educação, atendendo a um público diversificado, sobretudo aos que, por vários motivos, não conseguem ingressar na modalidade presencial. Como consta da Estratégia, que a *utilização da EAD no mundo tem-se tornado cada vez mais viável devido, principalmente, ao seu potencial de contribuir para o aumento do acesso à educação* (MINEDH, 2023, p. 13). Embora ofereça oportunidades relevantes de inclusão, a modalidade enfrenta desafios relativos à *transparência e credibilidade* dos seus processos avaliativos. Tais fragilidades têm suscitado dúvidas recorrentes acerca da qualidade real da formação oferecida.

Na EaD, espera-se que os estudantes exerçam autonomia no processo de aprendizagem, o que pressupõe competências como autodisciplina, organização e comprometimento. No entanto, estes atributos nem sempre estão plenamente consolidados, mas podem ser desenvolvidos progressivamente, desde que os estudantes sejam devidamente orientados e apoiados ao longo do seu percurso formativo. Segundo Ribeiro e Carvalho (2012, p.5) o aluno deve:

Desenvolver a capacidade de autonomia para garantir a condução e a efetivação de sua aprendizagem, uma vez que não dispõe diretamente do acompanhamento presencial do professor, para realizar seus estudos e construir o conhecimento. Por isso, há a ideia de que o aluno da EAD tem maior oportunidade de desenvolvimento de leitura, análise, interpretação de textos científicos e, conseqüentemente a capacidade investigativa no processo de aprendizagem.

Os autores destacam que, na EaD, a centralidade da autonomia constitui um princípio fundamental, uma vez que a ausência da presença física do professor impõe ao estudante maior responsabilidade, disciplina e iniciativa. Este modelo desafia, mas ao mesmo tempo estimula o desenvolvimento de competências voltadas para uma aprendizagem crítica e auto-regulada.

Contudo, apesar deste ideal de autonomia, os dados empíricos obtidos na pesquisa revelam que, na prática, a delegação de realização de atividades avaliativas a terceiros por parte dos estudantes configura-se como uma ocorrência frequente, sustentada por diferentes percepções dos participantes. Foram identificados factores estruturais, socioculturais, tecnológicos e comportamentais que influenciam directamente a qualidade e a legitimidade do PEA, comprometendo, assim, seus fundamentos éticos e pedagógicos. Entre os professores, observa-se um reconhecimento quase unânime da dificuldade em assegurar a autenticidade das avaliações. Um dos participantes, (P1) menciona a dificuldade em comprovar se as tarefas são



realizadas pelos próprios estudantes, associando tal prática à falta de preparação, insegurança acadêmica e ao uso indevido de inteligência artificial em testes de múltipla escolha.

De forma semelhante, o (P2) associa este fenómeno à baixa participação dos estudantes nas aulas online e à insegurança em relação aos conteúdos, observando discrepância entre a participação nas actividades e os resultados obtidos, como notas muito altas. Complementando estas percepções, o P(3) aponta práticas como a cópia de respostas do Google em testes com perguntas abertas e a realização colectiva de provas de múltipla escolha com ajuda externa, tornando difícil verificar a autoria das respostas. Este professor acrescenta que muitos estudantes demonstram maior interesse pelo diploma do que pela aprendizagem em si. Para o participante, a aplicação de exames presenciais contribui para minimizar essas práticas.

De modo geral, os professores reconhecem a delegação de actividades avaliativas como uma prática recorrente e preocupante, embora difícil de comprovar. Associam-na à ausência de hábitos de leitura, à falta de preparação, à insegurança e ao uso inadequado das tecnologias digitais, incluindo inteligência artificial. O (P4) observa que alguns estudantes apresentam uma visão limitada do processo formativo, não cultivam hábitos de leitura e, mesmo quando dispõem de materiais. O (P5) complementa afirmando que a prática pode ser reflexo da sobrecarga de responsabilidades pessoais e profissionais, somada à dificuldade do uso das ferramentas digitais, o que leva os estudantes a procurar soluções alternativas, ainda que eticamente questionáveis. Estas percepções revelam que, para alguns estudantes, a avaliação é percebida como um obstáculo a ser superado a qualquer custo, desvirtuando os princípios formativos da EaD.

Outro aspecto recorrentes nos depoimentos, refere-se à valorização excessiva do certificado, em detrimento da aprendizagem efectiva. Esta inversão de prioridades fragiliza a autonomia intelectual dos estudantes. O P(11) observa que em ambas modalidades o foco dos estudantes está mais na pontuação do que no conteúdo. Estes depoimentos evidenciam que, factores como pressão por resultados imediatos, baixa preparação académica e a falta de domínio das TICs, favorecem a delegação de tarefas por parte de estudantes e a consequente perda de integridade académica. Os professores associam esta prática à fragilidade na cultura de aprendizagem, na qual o processo formativo é frequentemente secundarizado.



As percepções dos responsáveis pedagógicos convergem com esta análise. O RP(1) afirma que muitos estudantes estão preocupados em passar de classe do que em aprender para desenvolver competências, sendo o *certificado o principal objectivo*. Embora reconheça a existência do fenómeno, ressalta que, em sua instituição, não há evidências concretas de sua ocorrência. Por sua vez, o RP(2) atribui o problema a factores socioculturais, destacando que, em alguns casos os pais exigem notas elevadas, o que leva estudantes inseguros a contratar terceiros para realizar tarefas. Também aponta a *má gestão do tempo* como um factor adicional.

De forma geral, os responsáveis pedagógicos reconhecem que a motivação dos estudantes está frequentemente orientada à certificação e não na aprendizagem efectiva. Esta postura estimula a adopção de estratégias rápidas, como a delegação de tarefas, para garantir a aprovação, mesmo que isso comprometa a ética e a qualidade da formação. Além disso, indicam causas como pressão social, sobrecarga de compromissos e ausência de um acompanhamento pedagógico eficaz, salientando que esta problemática não é exclusiva da EaD, reflectindo um desafio educacional mais amplo, comum também no ensino presencial.

Esta combinação de desinteresse e fraco comprometimento com a aprendizagem resulta no enfraquecimento de competências essenciais e na ausência de autonomia académica. Como afirmam Ribeiro e Carvalho (2012, p. 6), o estudante autónomo é aquele “capaz de determinar como deve se organizar frente ao processo de aprendizagem, quais são suas dificuldades e necessidades e como deve proceder para superá-las”. Os depoimentos analisados demonstram que muitos estudantes ainda não desenvolveram essa capacidade, tornando-se vulneráveis a práticas desonestas e comprometendo o propósito formativo da avaliação na EaD.

Diante dos testemunhos de professores e responsáveis pedagógicos, considerou-se pertinente ouvir os próprios estudantes, sujeitos centrais do processo formativo e, frequentemente apontados como principais envolvidos na prática da delegação de tarefas. Suas opiniões reforçam as análises anteriores. O participante E(1) aponta múltiplos factores para a delegação de avaliações, destacando:

A sobrecarga de tarefas, pressão por resultados, falta de tempo, pressão para cumprir prazos apertados e o ambiente académico intenso, ansiedade e o medo do fracasso, a comparação com colegas que recorrem a terceiros levam muitos a ver essa prática como solução segura.



Outros estudantes admitem a existência da prática de delegação de resolução de avaliações, mas a rejeitam por questões éticas. O E(2) afirma que delegar impede a aprendizagem e explica que muitos recorrem a terceiros por pressão laboral, mas também porque outros acumulam funções, são trabalhadores, estudantes, chefes de família. Explica ainda, que nunca presenciou esta prática, mas que tem ouvido falar. E(3) acrescenta que, por trás da delegação, alguns colegas escondem suas dificuldades no uso das tecnologias. As respostas oferecem uma visão realista dos desafios enfrentados na EaD. O E(4) descreve uma rotina exaustiva, em que o único tempo livre é o domingo, devido às exigências laborais e sociais. O E(8) reforça que as tarefas domésticas e as dificuldades de acesso à internet também contribuem para esta realidade. Apesar desta realidade, alguns estudantes afirmam não ter testemunhado directamente tais práticas, embora reconheçam sua existência.

Os depoimentos analisados indicam que, para alguns estudantes, esta prática representa uma estratégia de sobrevivência académica diante de condições adversas. Para outros, é reflexo de descomprometimento com o processo formativo, evidenciando um desequilíbrio entre as exigências da EaD e a preparação dos estudantes para enfrentá-las.

Apesar das críticas frequentemente dirigidas às avaliações digitais no contexto da EaD, é importante reconhecer que, quando articuladas a práticas pedagógicas coerentes, estas ferramentas podem constituir estratégias eficazes para o desenvolvimento da aprendizagem autónoma. As plataformas digitais oferecem flexibilidade, interactividade e acesso contínuo a materiais de apoio, favorecendo um modelo de avaliação centrado no estudante, demandando tempo e comprometimento por parte dos estudantes. Como observa Nhantumbo (2020, p. 565), *“trabalhar com plataformas online requer disciplina, compromisso, motivação e criatividade”*. Esta análise reforça o potencial formativo da EaD.

Apesar das fragilidades apontadas, muitos entrevistados defendem que os problemas enfrentados não decorrem da modalidade em si, mas da falta de mecanismos institucionais eficazes de monitoramento, orientação e controlo. O RP(3) corrobora essa leitura ao afirmar que *as fragilidades nos mecanismos de verificação da autoria das avaliações não indicam, por si só, que a modalidade seja deficiente*. Segundo ele, a existência de um sistema de apoio adequado e orientações pedagógicas claras, é possível garantir percursos formativos consistentes e de



qualidade. Em concordância, o P(7) reconhece que prática de delegar actividades avaliativas não é exclusiva da EaD, sendo também observada no ensino presencial. Percebe-se que, as dificuldades enfrentadas na EaD devem ser compreendidas *como um indicador da necessidade de melhoramento dos sistemas de controlo institucional*.

Os depoimentos analisados convergem na valorização da EaD como uma modalidade válida e segura, desde que fundamentada de práticas bem estruturadas e responsabilidade partilhada. Para os participantes, os desafios identificados não desqualificam a EaD, mas evidenciam a necessidade urgente de fortalecer dispositivos institucionais de acompanhamento e controlo. O participante P(9) considera a EaD uma modalidade com um grande potencial e pode ser *tão segura quanto o ensino presencial*, desde que haja acompanhamento rigoroso e compromisso mútuo entre a instituição e o estudante. O P(10) acrescenta que, apesar da existência de casos pontuais de delegação de resolução de avaliações, muitos estudantes demonstram comprometimento com a sua aprendizagem, evidenciada pela consistência dos conteúdos apresentados em trabalhos e demais actividades avaliativas. Esta visão ponderada reafirma a ideia de que a credibilidade de qualquer modalidade de ensino está directamente relacionada à forma como seus processos são concebidos, executados e monitorados.

Neste sentido, a prática de delegação na realização de avaliações é interpretada como reflexo de fragilidades institucionais que podem e devem ser superadas por meio de acções correctivas estruturadas e integradas. O P(11) reforça esta perspectiva ao afirmar que a prática de delegar tarefas não se restringe à EaD, tendo identificado trabalhos semelhantes, inclusive quanto *ao tema, padrão de escrita, estrutura e até erros ortográficos* na modalidade presencial.

No conjunto dos depoimentos, observa-se um consenso quanto às motivações que levam os estudantes a delegar a realização de avaliações, as quais estão relacionados com vários factores já mencionados anteriormente. Contudo, paralelamente a estas constatações surgem posicionamentos positivos que reconhecem o valor formativo da EaD, desde que sustentada por práticas pedagógicas bem delineadas, suporte institucional contínuo e um comprometimento efectivo por parte dos estudantes.

O progresso académico requer a conjugação entre o comprometimento do estudante e um acompanhamento institucional, orientado para o desenvolvimento integral de competências.



Valorizar a aprendizagem contínua e promover práticas pedagógicas que privilegiem a interactividade entre estudantes e entre estes e os professores nas actividades curriculares é essencial para fortalecer a qualidade do processo educativo. Neste âmbito, Barros (2013; p. 166), reforça que a educação contemporânea demanda “a formação de um sujeito pensante, proactivo, crítico, reflexivo, autónomo, responsável, criativo e sujeito do conhecimento da própria vida. Um sujeito que se saiba inacabado e em constante desenvolvimento”. Compete, ao estudante assumir responsabilidade pelo próprio percurso formativo, procurando ampliar suas competências de maneira sólida e diversificada, em sintonia com as exigências de uma sociedade complexa e em constante transformação. Como destaca Alarcão (2002; p. 235), as competências são *o rosto invisível de um desempenho competente* e sua construção exige dedicação e autonomia.

Outros aspectos críticos arrolados pelos entrevistados incluem a gestão inadequada do tempo e a sobreposição de múltiplas responsabilidades. Alguns estudantes precisam conciliar os estudos com obrigações profissionais e familiares, o que reduz sua disponibilidade para se dedicarem adequadamente às actividades académicas. A essa realidade, soma-se a insegurança académica, agravada pela ausência de uma cultura consolidada de leitura, resultando em um fraco domínio das matérias e em uma crescente sensação de despreparo diante das avaliações. Como observam Nascimento e Oliveira (2017), as dificuldades dos alunos durante um curso de EaD, demonstram que elas estão associadas tanto às questões comportamentais, quanto à correta gestão do tempo, principalmente.

Esta situação reforça o preconceito em relação à modalidade, frequentemente percebida como inferior ao ensino presencial. Nesse sentido, Almeida (2013) observa que a origem do preconceito contra EaD parte da crença de que os alunos não aprendem, efectivamente, ou seja, a EaD não propicia a construção do conhecimento.

Para além dos desafios de ordem operacional, a prática de delegar avaliações na EaD suscita sérias implicações éticas. Estas condutas comprometem princípios fundamentais da educação, como a honestidade intelectual e a autonomia dos estudantes, ao mesmo tempo em que fragiliza a credibilidade dos certificados emitidos pelas instituições. Como consequência, afecta não apenas a reputação da modalidade, mas também a imagem e a legitimidade das instituições do ensino superior são colocadas em causa. A credibilidade institucional, nesse contexto, torna-



se um factor central para garantir a competitividade e atractividade na oferta de serviços educacionais. A recorrência à prática de terceirização de tarefas avaliativas expõe não apenas lacunas na formação académica, mas também uma preocupante ausência de comprometimento dos estudantes com seu próprio percurso de desenvolvimento pessoal e profissional.

Delegar a realização de avaliações: qual é o impacto?

A prática de delegar a realização de avaliações impõe desafios profundos para a formação académica e profissional dos estudantes e compromete a credibilidade das instituições de ensino, conforme evidenciado nos depoimentos dos participantes da pesquisa. Tal prática fragiliza a essência do processo educativo ao desvirtuar sua finalidade fundamental: *a construção de conhecimentos sólidos, competências e valores*.

Na visão dos participantes, essa prática representa uma perda de oportunidades valiosas para os estudantes consolidarem saberes, desenvolverem habilidades críticas e alcançarem a autonomia intelectual, elementos indispensáveis para o êxito académico e profissional. Os professores alertam que, ao delegar avaliações, o estudante compromete directamente seu progresso formativo. O participante P(3) por exemplo, destaca que o maior risco desta prática, reside no facto de o estudante perder a oportunidade de fortalecer seus conhecimentos, fragilizando o seu progresso pessoal e profissional. Complementando esta visão, o P(2) observa que tal prática gera limitações para a continuidade das aprendizagens subsequentes. Evidencia-se, assim, que a delegação na realização de exercícios de avaliações por parte de estudantes, reduz a capacidade do estudante aplicar o conhecimentos de forma autónoma e contextualizada, prejudicando seu desempenho futuro e a qualidade global de sua formação.

Além dos prejuízos de ordem individual, os efeitos institucionais decorrentes desta prática por parte dos próprios estudantes são igualmente relevantes. Delegar a realização de actividades avaliativas compromete a reputação das instituições, gerando dúvidas sobre o rigor dos seus processos avaliativos e a validade dos certificados emitidos. Tal preocupação é expressa pelo RP(1) ao reconhecer que, *a percepção social negativa acerca da integridade dos diplomas prejudica o reconhecimento dos graduados e desacredita as instituições*. A imagem institucional fragilizada afecta directamente a confiança pública e reduz a atractividade destas entidades.



Esta desconfiança recai também aos graduados, que podem enfrentar discriminação em processos de selecção profissional, sobretudo quando comparados a candidatos oriundos de instituições reconhecidas pelo rigor académico. À medida que esta percepção negativa se dissemina na sociedade, compromete-se a legitimidade da formação oferecida, enfraquecendo o papel das instituições na qualificação de profissionais e na promoção da qualidade do ensino superior. As lacunas formativas resultantes desta prática tornam-se evidentes no mercado de trabalho, onde muitos graduados demonstram dificuldades para atender às exigências práticas e intelectuais de suas áreas de actuação. Isso contribui para a manutenção de estigmas que afectam a credibilidade da EaD e alimentam preconceitos historicamente atribuídos à modalidade.

A credibilidade institucional mostra-se especialmente vulnerável no contexto da EaD, modalidade que, apesar dos avanços alcançados, ainda enfrenta resistência quanto à sua aceitação social. A reputação da instituição constitui um elemento central para sua legitimidade, e práticas inadequadas, como a delegação de avaliações, reforçam percepções negativas sobre a qualidade da formação oferecida, gerando dúvidas quanto à capacidade de formar profissionais qualificados. Ainda que tal prática não seja exclusiva da EaD, como foi reconhecido pelos participantes, ela contribui para a estigmatização da modalidade. Martins e Costa (2015) destacam que uma das dificuldades enfrentadas pela EaD é a sua posição de baixo prestígio, gerando uma percepção de má qualidade, que são distorções da realidade.

A ausência de intervenções estruturadas para prevenir esta prática pode gerar impactos ainda mais prejudiciais a longo prazo. Certificados obtidos sob tais condições correm o risco de serem desvalorizados pelo mercado de trabalho e pela sociedade, intensificando o estigma que recai sobre a modalidade e questionando a seriedade das instituições, especialmente as privadas, frequentemente vistas como mais orientadas pelo interesse financeiro do que pela garantia de uma formação académica sólida.

Professores advertem que esta realidade pode resultar na formação de profissionais com preparação insuficiente, comprometendo directamente o desenvolvimento económico e social do país. Conforme afirmado por P(1) que a prática de delegar avaliações pode levar à proliferação de profissionais despreparados, minando os avanços sociais e económicos. O P(2) complementa ao destacar que tal prática representa um risco concreto à credibilidade da



modalidade perante a sociedade. Nesta mesma linha, o RP(1) advertiu que o fenómeno pode enfraquecer o papel do sistema de educação como promotor de capital humano qualificado para o mercado de trabalho, sobretudo no ensino superior. Segundo Almeida Filho (2015) os discursos depreciativos a respeito da EaD diminuem a credibilidade e a aceitação, apesar da estatística apresentar dados favoráveis e as instituições se esforçarem para uma maior conscientização. Esta percepção negativa, quando associada à prática da delegação de avaliações por parte dos estudantes, compromete-se não apenas a imagem da modalidade, mas também a confiança no sistema educacional como um todo.

De modo geral, a terceirização de avaliações no contexto educacional configura-se como uma problemática de múltiplas dimensões, cujos impactos negativos transcendem o nível individual, afectando directamente as instituições de ensino e o sistema de ensino como um todo, conforme apontado nos depoimentos dos participantes da pesquisa.

Estratégias para garantir a autenticidade dos processos avaliativos

A credibilidade da Educação a Distância (EaD) depende, em grande parte, da fiabilidade dos seus mecanismos de avaliação. Diante dos desafios enfrentados por esta modalidade, sobretudo no que se refere à delegação indevida de avaliações, torna-se relevante implementar estratégias que assegurem a autenticidade e a legitimidade dos processos avaliativos. Esta secção apresenta as percepções dos participantes sobre os principais entraves e boas práticas, destacando a necessidade de soluções tecnológicas, éticas e institucionais integradas.

Alguns entrevistados apontam falhas estruturais no sistema educativo, atribuindo à gestão das instituições a responsabilidade pela ausência de condições adequadas e pela ineficácia das plataformas digitais eficazes utilizadas para monitorar as avaliações. A inexistência de mecanismos confiáveis de verificação compromete o controlo e favorece irregularidades, levando professores a recorrer a estratégias manuais, como a verificação de trabalhos no Google, prática apontada como insuficiente. Conforme relatado pelo P(2) que tem recorrido ao Google, para verificar a fonte original e, daí, faz uma análise. De forma semelhante, o P(1) afirma que copia algumas partes do trabalho e vai colar no site Google. Embora estas práticas possam contribuir em casos específicos, são insuficientes diante da complexidade dos desafios da EaD.



Estes testemunhos evidenciam a necessidade urgente de adoção de tecnologias mais avançadas, seguras e integradas, que garantam a rastreabilidade e a veracidade dos conteúdos produzidos pelos estudantes. Investir na modernização dos mecanismos avaliativos é condição essencial para assegurar a integridade dos processos formativos e reforçar a confiança na modalidade a distância.

Diante dos desafios impostos à integridade das avaliações na EaD, algumas instituições têm adotado medidas para reduzir os riscos associados à delegação indevida de tarefas. Entre as estratégias mencionadas destacam-se o uso de softwares de detecção de plágio e o controlo do uso de dispositivos previamente cadastrados para a realização de provas. O P(4) relata que existe na instituição um programa que verifica o nível de similaridade do trabalho, tolerando até 25%; acima disso, o trabalho é invalidado. Os testes são realizados em tablets ou computadores previamente cadastrados, mas sem muita certeza quanto à autenticidade. Segundo o P(3) têm sido promovidas campanhas de sensibilização no início dos cursos e durante os períodos de exames presenciais, com o objectivo de alertar-se aos estudantes sobre as consequências das práticas desonestas. Estas acções representam um esforço institucional relevante na promoção de uma cultura de responsabilidade e integridade no ambiente da EaD.

Apesar dos esforços empreendidos, os depoimentos indicam que ainda persistem lacunas na eficácia das medidas adoptadas, sobretudo no que diz respeito ao controlo das avaliações e à garantia de autenticidade. Diante desta realidade, torna-se necessário que as instituições de ensino partilhem experiências bem-sucedidas e adaptem boas práticas avaliativas, alinhando-as às suas realidades específicas. Isso exige uma postura proactiva e estratégica, orientada para o fortalecimento da credibilidade e do rigor dos processos avaliativos.

No âmbito da Educação a Distância (EaD), assegurar a integridade académica representa um dos principais desafios enfrentados pelas instituições de ensino superior. A prática de delegar actividades avaliativas a terceiros compromete não apenas a credibilidade dos processos formativos oferecidos, mas também compromete a efectiva aquisição de desenvolvimento de competências por parte dos estudantes. Enfrentar esse fenómeno requer uma abordagem integrada, que articule dimensões pedagógicas, institucionais e éticas.



Do ponto de vista pedagógico, é essencial promover métodos avaliativos personalizados e contextualizados, que incentivem a reflexão crítica, a argumentação fundamentada e a expressão oral. Paralelamente, o acompanhamento contínuo por meio de tutorias regulares contribui para monitorar o desempenho individual dos estudantes, possibilitando a identificação precoce de incongruências e promovendo um envolvimento activo dos estudantes no processo formativo.

No plano institucional, é imprescindível investir em tecnologias de verificação da identidade que integrem credenciais académicas, sistemas de acesso seguros e, sempre que viável, mecanismos adicionais de autenticação, como reconhecimento facial ou validação por vídeo. Ademais, as plataformas digitais devem dispor de ferramentas eficazes de detecção de plágio e de restrição de acesso a equipamentos previamente autorizados, visando prevenir condutas fraudulentas e garantir a transparência dos processos avaliativos.

No que concerne aos estudantes, é crucial promover uma cultura pautada pela responsabilidade ética e pela autonomia intelectual, por meio de actividades que incentivem a autoria, a produção reflexiva de conhecimento e a resolução de problemas contextualizados. A participação em programas formativos voltados à ética académica tem-se mostrado uma estratégia eficaz para consolidar o compromisso dos estudantes com práticas honestas.

Compete aos órgãos reguladores do ensino superior em Moçambique definir directrizes claras e específicas para a modalidade a distância, estabelecendo padrões mínimos de qualidade e mecanismos eficazes de supervisão dos processos de avaliação. A formulação de políticas públicas nesse campo, deve ser acompanhada de acções formativas e campanhas contínuas de sensibilização que envolvam todos os agentes do sistema educativo. Restaurar a confiança na EaD exige uma coordenação estratégica entre recursos tecnológicos, práticas pedagógicas inovadoras, gestão institucional eficiente e directrizes sólidas. Essa integração é fundamental para reforçar a credibilidade dos percursos formativos e preparar profissionais éticos, autónomos e tecnicamente competentes, capazes de responder com eficácia às exigências de contextos sociais e profissionais cada vez mais complexos.



Considerações finais

A análise dos desafios associados à avaliação no contexto da Educação a Distância (EaD) revelou impactos profundos sobre o PEA, afectando directamente o desenvolvimento de competências dos estudantes e a credibilidade das instituições de ensino superior.

No contexto dos estudantes, a prática de delegar a realização de avaliações representa uma violação aos princípios da aprendizagem autónoma, base fundamental do modelo EaD. Conforme demonstram os dados empíricos, tal comportamento resulta da combinação de factores como *insegurança académica, gestão inadequada do tempo e baixo comprometimento com o processo formativo*. Estes elementos concorrem para enfraquecimento da autonomia dos estudantes, limitando sua participação activa, crítica e reflexiva, dimensões indispensáveis à formação de sujeitos competentes, éticos e socialmente responsáveis.

Do ponto de vista institucional, a perpetuação destas práticas resulta em prejuízos consideráveis. Para além de comprometer a reputação das instituições e desvalorizar os certificados por elas emitidos, tais fragilidades reforçam percepções depreciativas sobre a qualidade da EaD. Trata-se, portanto, de uma problemática complexa e multidimensional, que demanda respostas estruturadas e integradas, de natureza pedagógica, tecnológica e ética, para consolidar a EaD como modalidade educacional confiável e academicamente sólida.

Os dados analisados indicam que a delegação de realização de actividades avaliativas por parte de estudantes resulta de uma confluência de factores *individuais, institucionais e socioculturais*. Ainda assim, os participantes mantêm uma postura ponderada, reconhecendo os desafios enfrentados, mas sem desqualificar o potencial formativo da modalidade. A credibilidade da EaD está intrinsecamente ligada ao compromisso institucional com metodologias bem estruturadas e à consolidação de uma cultura alicerçada pela ética e na responsabilidade académica. Os resultados apontam que, as falhas identificadas não devem ser atribuídas à natureza da EaD em si, mas sim, à ausência de mecanismos consistentes de orientação, supervisão e avaliação.

Diante desta realidade, os resultados da pesquisa apontam para a necessidade urgente de uma abordagem sistémica e integrada que contemple: *a capacitação contínua de professores e a orientação adequada dos estudantes no uso eficiente das plataformas digitais, a adopção de*



sistemas tecnológicos confiáveis que assegurem a autenticidade das avaliações e reduzem práticas fraudulentas, fortalecendo a credibilidade do processo, e, ainda, a promoção de estratégias pedagógicas que estimulem uma maior interação entre professores e estudantes, valorizando modelos avaliativos centrados na participação activa, na reflexão crítica e no compromisso com a construção do conhecimento. É fundamental fomentar uma cultura institucional orientada pela integridade académica, em que a aprendizagem seja reconhecida como fundamento essencial para a formação pessoal e profissional dos estudantes.

Diante dos dados analisados, impõe-se uma reflexão de fundo: *quais são as perspectivas para a EaD no contexto do ensino superior?* Independentemente da modalidade, o ensino superior deve comprometer-se com promoção de competências sólidas, que favoreçam a inserção dos estudantes no mercado de trabalho e contribuam para o desenvolvimento socioeconómico do país. Para alcançar este propósito, é essencial a adopção de práticas pedagógicas éticas, inovadoras e ajustadas às especificidades da EaD, de modo a assegurar sua qualidade, legitimidade e eficácia. Com estratégias consistentes e esforços institucionais articulados, será possível consolidar a EaD como uma modalidade educacional confiável, eficaz e alinhada às exigências contemporâneas, capaz de formar profissionais qualificados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABBAD, G. S. **Educação a distância**: O estado da arte e o futuro necessário. *Revista Do Serviço Público*, 58(3), 351-374. Disponível em: <https://doi.org/10.21874/rsp.v58i3.178>. 2014. Acesso em Agosto de 2024.
- ALARCÃO, Isabel. **Escola reflexiva e desenvolvimento institucional**: que novas funções supervisivas? In: FORMOSINHO, João (org.). *Supervisão na formação de professores*. Porto: Porto Editora, 2002. p. 217-238.
- ALMEIDA Filho, C. C. P. **O Avanço da educação a distância no Brasil e a quebra de preconceitos**: uma questão de adaptação. *Revista Multitexto*, 2015.
- ALMEIDA, N. P. S. **Preconceito x crescimento da educação à distância no Brasil**: uma discussão frente à realidade da UnB/UAB no curso de pedagogia (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade de Brasília, Universidade Aberta do Brasil, Brasília. 2013.



- ARRUDA, E. P., & ARRUDA, D. E. P. **Educação à distância no Brasil**: políticas públicas e democratização do acesso ao ensino superior. *Educação em Revista*, 31(3), 321-338. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-4698117010>, 2015. Acesso em Agosto de 2024.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BARROS, Maria Cláudia Meira Santos. Memória, **História e Representação Social o reajo em Vitória da Conquista/ Bahia (1997-2002)**, in BEZERRA, Ada Augusto Celestino e Nascimento, Marilene Batista da Cruz (org), *Educação e Formação de Professores: Questões Contemporâneas*, Edições UFC, fortaleza, 2013.
- DIAS, Sobrinho, José. **Avaliação: Políticas Educacionais e Reformas da Educação Superior**. São Paulo, Cortez Editora, 2003.
- DUARTE, S. C. M. **Avaliação da aprendizagem em geografia**: desvendando a produção do fracasso escolar. 1ª ed. Maputo, 2007.
- FERNANDES, Domingos. **Avaliação das Aprendizagens**: desafios às teorias, praticas e políticas, Lisboa, Textos Editores, 2005.
- FERNANDES, Maria Estrela Araújo. **Avaliação Institucional da Escola**: base teórica e construção do projecto. 2 ed. fortaleza, edições Demócrito Rocha, 2002.
- GARCIA, Regina Leite. **Um currículo a favor dos alunos das classes populares**. *Cadernos CEDES*, São Paulo, Cortez, (13), pp 45-52, 1984.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Didáctica**, 1990, CORTEZ EDITORA, São Paulo, 1990.
- MINEDH. **Estratégia de Educação à Distância 2023-2032**, ed.1, 2023.
- MINAYO, M. C. **O desafio da pesquisa social**. In: Minayo, M. C. (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Rio de Janeiro, RJ: Vozes, 2009.
- NASCIMENTO, G. F., & OLIVEIRA, E. J. (2017). **Identificando fragilidades e potencialidades**: um breve panorama da disciplina “Geografia Aplicada ao Turismo” na EAD/IFRN. *Holos*, 5, 250-262. DOI: <https://doi.org/10.15628/holos.2017>. Acesso em Agosto de 2024.
- NHANTUMBO, Telma Luís, **Capacidade de Resposta das Instituições Educacionais no Processo de Ensino-Aprendizagem Face à Pandemia de Covid-19**: Impasses e Desafios. *Revista EDUCAmazônia - Educação Sociedade e Meio Ambiente*, Humaitá,



LAPESAM/GISREA/UFAM/CNPq/EDUA – ISSN 1983-3423 – IMPRESSA – ISSN 2318 – 8766 – CDROOM – ISSN 2358-1468 - DIGITAL On-line. Vol XXV, Núm 2, jul-dez, 2020, pág. 556-571.

NUNES, Ivônio Barros, in LITTO, Fredric Michael, Manuel Marcos Maciel FORMIGA (orgs.). **Educação a distância: o estado da arte**, - São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

RIBEIRO. Raimunda Maria da Cunha, CARVALHO, Carmen Maria Cavalcante Nogueira De. **O desenvolvimento da autonomia no processo de aprendizagem em Educação a Distância (EAD.)** Revista Aprendizagem em EAD – Ano 2012 – Volume 1 – Taguatinga – DF Outubro /2012 - <http://portalrevistas.ucb.br/index.php/raead>. Acesso em Setembro de 2024.